

*revista de comunicação,
jornalismo e espaço público*

6

Periodicidade

Semestral

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

mediapolis

tema

personagens mediáticas:

teoria, problemas, análises

media characters:

theory, problems, analyses

Recensão Crítica

Ash, G. T. (2017). *Liberdade de Expressão – Dez princípios para um mundo interligado*. Lisboa: Temas e Debates (512 pp.).

https://doi.org/10.14195/2183-6019_6_7

O século XXI tem sido pródigo em acontecimentos que têm suscitado um interesse redobrado pelo debate acerca da Liberdade de Expressão. A afirmação do populismo no plano político, a globalização, as novas tecnologias, os fundamentalismos de diferentes tipos e os efeitos homogeneizadores do mercado, só para referirmos alguns exemplos, reatualizaram um debate iniciado há séculos, evidenciando que a liberdade de expressão é uma causa e um tema inacabados. Os atentados ao World Trade Center, a 11 de setembro de 2001, a polémica das caricaturas do jornal dinamarquês *Jyllands-Posten* sobre Maomé, em setembro de 2005, ou os atentados ao jornal satírico francês, *Charlie Hebdo*, em 2011 e 2015, por idênticos motivos, motivaram novas publicações sobre o tema. *De Charlie Hebdo à #Charlie – Enjeux, histoire, perspectives*, de Jane Weston Vauclair e David Vauclair, *Direito de Ofender – A liberdade de expressão e o politicamente correto*, de Micke Hume, ambos editados em 2016 e, mais recentemente, *Liberdade de Expressão – Dez princípios para um mundo interligado*, de Timothy Garton Ash, são apenas alguns exemplos de

referência. Se o primeiro aborda as questões da liberdade de expressão a partir de um caso concreto, o *Charlie Hebdo*, o segundo, *Direito de Ofender*, faz uma atualização dos pressupostos liberais à luz das novas ameaças à liberdade de expressão, tendo por base as atuais tendências do politicamente correto. O terceiro destes livros procura abordar as várias questões abordadas nos dois anteriores e perspectiva-as no quadro dos desafios de um mundo crescentemente global, merecendo, por isso, a nossa particular atenção.

Liberdade de Expressão – Dez princípios para um mundo interligado é um livro que resulta de um vasto, longo e profundo trabalho de reflexão e de discussão em torno de um dos temas decisivos das sociedades crescentemente globalizadas no presente e do futuro. Timothy Garton Ash é professor de Estudos Europeus em Oxford, onde é também Isaiah Berlin Professorial Fellow, no St. Anthony College. Historiador – “historiador do presente”, como se define – é Senior Fellow da Hoover Institution, na Universidade de Stanford, e autor de nove livros de política, onde a Europa aparece como tema central.

O último dos seus livros, publicado em 2017 em Portugal, é aquele que mais se desprende dos temas mais estritamente europeus para se debruçar sobre a “nova cosmópolis”. Tal como a define logo na abertura do seu livro, a nova cosmópolis refere-se a um mundo em que “somos todos vizinhos”. É, sobretudo, um mundo que – de forma inigualável no passado – disponibiliza aos seus cidadãos inúmeras formas de exercerem a sua liberdade de expressão, mas também os confronta com males dessa liberdade ilimitada e que fluem “tão facilmente através das fronteiras”.

Na esteira de Isaiah Berlin, Ash assume esta discussão a partir do que denomina como uma “visão liberal moderna sobre a liberdade de expressão”, que nós poderíamos classificar como se tratasse de um universalismo pragmático. Ou seja, uma perspectiva, que, sem abdicar dos princípios universais que toda a humanidade deve respeitar, aceita que eles possam ser entendidos e aplicados de forma diferente em vários contextos, lugares e culturas, tendo por base razões explicáveis e passíveis de serem debatidas. A vizinhança, na cosmópolis, é

sobretudo uma proximidade cultural e comunicativa, o que faz com que as diferentes cosmovisões se acotovelem sem necessariamente conseguirem dar as mãos. Depois de refletir sobre a importância do contexto na comunicação, acrescenta Timothy Ash:

Dado que já sublinhei repetidamente que o contexto é crucial para ajuizar o discurso, seria autocontraditório não aplicar a medida do contexto ao meu próprio discurso. Há limites para o grau de diferença contextual que é compatível com os fundamentos do universalismo liberal, mas esses limites serão mais amplos para as recomendações específicas do que para os fundamentos (142).

Durante mais de meio milhar de páginas extremamente documentadas, Ash discute inúmeros casos polémicos que marcaram a história recente e analisa-os numa perspetiva filosófica, política, económica, social, cultural e religiosa.

Para quem possa ter lido o texto de Mick Hume, *Direito de Ofender*, publicado em Portugal, verá muitos

temas retomados no texto de Ash. Neste caso, o autor não se limita a reafirmar os pressupostos liberais da liberdade de expressão, como o faz de uma forma muito viva Mick Hume, mas procura estabelecer os princípios que viabilizem os pressupostos liberais num mundo interligado, sem com isso ter deixado de ser multicultural, diferente e desigual.

Por isso, o autor dedica as primeiras 70 páginas à discussão sobre as profundas mudanças do mundo contemporâneo, metaforizadas na ideia da cosmópolis, um pouco à semelhança da Aldeia Global de McLuhan, na *Galáxia de Gutenberg*. Porém, para Ash, os desafios da globalização são mais consentâneos com os de uma cosmópolis do que os de uma aldeia global: a aldeia é pequena e não se distingue pela tolerância; a cosmópolis é o mundo vasto, como uma grande cidade, que nos dá a experiência da estranheza, a mesma que sentimos na viagem.

Se bem que, como referimos, a cosmópolis, e a experiência do mundo como uma grande vizinhança que lhe está associada, seja sobretudo o resultado da comunicação e da internet, a

visão acerca da liberdade de expressão na cosmópolis não é tecnologicamente determinística. Como surge bem documentado no livro, a Internet não inviabiliza a censura. Com efeito, Ash considera que o futuro da liberdade de expressão está determinado por quatro grandes poderes: as grandes organizações internacionais, os Estados, os poderes privados e os indivíduos em rede.

Ash não tem uma visão idílica acerca de cada um destes poderes e não hesita em analisar cada um deles de uma forma crítica, observando o seu potencial libertador, mas também as suas inércias e derivas autoritárias e antissociais. Por exemplo, acerca da pulverização das redes sociais, não deixa de registar o seu contributo para a extrema fragmentação do espaço público, capaz de gerar as bolhas ou os casulos de informação, onde, muitas vezes, germinam os fundamentalismos de toda a espécie. Neste caso, a grande quantidade de informação disponibilizada pelas novas tecnologias, em vez de abrir, pode promover o encerramento dos horizontes culturais, uma vez que permite que a informação sobre os mesmos assuntos esteja disponível de forma inesgotável.

E acerca dos poderes privados da comunicação, tradicionalmente um dos setores defensores da liberalização e da desregulação da vida social, revela-nos Ash:

Quando converso com altos funcionários desses gigantes da internet, descubro que a linguagem deles oscila enjoativamente entre a de um especialista da liberdade de expressão segundo a Primeira Emenda [à Constituição norte-americana] e a de um vendedor. Num instante “não há censura prévia”, no instante seguinte há o “nosso novo produto”. No final ficamos a pensar se estarão a vender-nos liberdade disfarçada de pó para máquina de lavar louça, ou pó para máquina de lavar louça disfarçado de liberdade. Ou talvez seja apenas pó para máquina de lavar louça (67).

Este espírito crítico atravessa todo o pensamento liberal de Timothy Ash a propósito da liberdade de expressão, não se deixando enredar nos pressupostos de uma estrita argumentação liberal. Recuperando a tradição

intelectual ocidental sobre a liberdade de expressão, resume as tradições filosóficas, jurídicas e literárias em defesa da liberdade de expressão, através da abreviatura EVGD: Eu, Verdade, Governo e Diversidade. A liberdade de expressão é uma forma de nos realizarmos enquanto sujeitos autónomos e racionais – “o pensamento faz-se na boca” (Tristan Tzara apud Ash, 92) – ; é um motor de busca da Verdade (Anthony Lewis apud Ash, 95) –; incentiva o bom Governo – não há fome na democracia que funcione (Amartya Sen apud Ash, 97) –; ajuda-nos a conviver com a Diversidade. Mas mais do que insistir nos fundamentos, o autor procura centrar o debate não nas razões, no *porquê* da liberdade de expressão, mas nas condições da sua realização na cosmópolis, ou seja, no *como*. É neste quadro que surgem os dez princípios orientadores propostos por Ash, referidos no subtítulo do seu livro, e que nos parece incontornável identificar aqui:

1. Força Vital – *Nós – todos os humanos – devemos ser livres e capazes de nos expressarmos, buscar, receber e transmitir informações e*

ideias, independentemente das fronteiras.

2. Violência – *Não fazemos ameaças nem aceitamos intimidações violentas.*
3. Conhecimento – *Nós não permitimos nenhum tabu contra o conhecimento e aproveitamos cada chance de disseminá-lo.*
4. Jornalismo – *Nós requeremos media sem censura, diversificados e confiáveis para que tomemos decisões bem informadas e para que participemos da vida política integralmente.*
5. Diversidade – *Nós expressamo-nos abertamente com imensa civilidade sobre todos os tipos de diferenças humanas.*
6. Religião – *Nós respeitamos o cren-te, mas não necessariamente o conteúdo da crença.*
7. Privacidade – *Devemos ser capazes de proteger a nossa privacidade e de conter calúnias sobre a nossa reputação, mas não evitar o escrutínio que está presente no interesse público.*
8. Confidencialidade – *Nós devemos ter poder para desafiar todos os limites à liberdade de informação*

justificados nas bases da segurança nacional.

9. Icebergues – *Nós defendemos a internet e outros sistemas de comunicação contra a intervenção legal de ambos os poderes – público e privado.*

10. Coragem – *Nós decidimos por nós e encaramos as consequências.*

Este não será o lugar possível para apresentar detalhadamente ou discutir todos estes pontos. Permita-se-nos que destaques dois aspetos, certamente parciais, mas que assumem alguma pertinência no contexto da *Mediapolis*, uma publicação que evoca no seu subtítulo a comunicação, o jornalismo e o espaço público, como espaço de discussão e reflexão.

O primeiro deles tem a ver com o facto de a relevância destes princípios implicarem sociedades civis robustas, capazes – talvez mesmo a única forma – de conviverem com a Diversidade inerente à cosmópolis, de uma forma pacífica. Sociedades civis robustas são necessárias para lidar com o que é provocador, transgressivo – na arte e no humor – e ofensivo, uma das condições para que as sociedades sejam

capazes de “acomodar e dar resposta aos gritos dos impotentes” (291) e evitarem o risco das derivas reguladoras e autoritárias.

A diversidade e a robustez das sociedades civis são dois conceitos que surgem ligados à discussão do princípio 4: Jornalismo. Apesar de moldados pela tecnologia, a cultura, o dinheiro e a política, Timothy Ash considera que a principal razão pela qual precisamos de bons *media* – antigos e novos – é por serem uma parte integrante da EVGD, necessários para a criação de uma esfera pública e para praticarmos uma boa Governação. Apesar disso, o autor considera ser uma “ilusão acreditar-se que os *media*, do tipo daqueles que precisamos para um bom governo, serão automaticamente gerados pela balbúrdia de um mercado comercial e político”. Ash desenvolve uma acutilante análise dos *media* na atualidade, para sublinhar a importância do contrato entre quem produz as notícias, o leitor, o espetador ou utilizador. Não obstante isso, considera que as tecnologias da comunicação abriram portas ao ativismo no jornalismo, ao ponto de dispensar que a atividade seja realizada

por profissionais. Depois de distinguir a liberdade de informação – que nos ajuda a aceder aos factos – e a liberdade de expressão – que nos permite ouvir os argumentos concorrentes – (143), bem como depois de uma fina análise dos problemas dos *media* contemporâneos, talvez fosse de esperar que o autor defendesse atributos mais exigentes para os jornalistas. Ash, não obstante sublinhar as possibilidades trazidas pelas novas tecnologias à liberdade de expressão, continua a pensar o jornalismo de acordo com os seus pressupostos liberais. Tendo em conta o vasto campo de expressão permitido pelas novas tecnologias, urge pensar o jornalismo para além da liberdade de expressão. Em resposta à complexificação dos desafios da cosmópolis, para assegurar uma informação necessária à qualidade da esfera pública e da boa governação, talvez não seja suficiente continuar a depositar no mercado das ideias e nas redes sociais a esperança para combater o que Ash denomina por “churnalismo”.

Com efeito, se é inquestionável o contributo das novas tecnologias da comunicação para a liberdade de expressão, talvez seja de considerar a

possibilidade de o papel do jornalismo estar perante novos desafios: o de não ser apenas uma forma de expressão de ideias concorrente no espaço público, mas o de se lhe pedir um contrato mais exigente, para além da já referida balbúrdia do mercado comercial e político. E se o autor identifica este problema, não necessariamente retira daí as consequências.

A leitura do livro de Timothy Ash foi realizada na sua versão em papel. Porém, este e outros temas podem ser atualizados pelo facto de o historiador da Universidade de Stanford, situada no coração de Silicon Valley, ter decidido dar-lhes uma expressão mais adequada à era pós-Gutenberg. O texto poder ser lido na sua versão de e-book e recorrendo a dispositivos conectados à internet. Não tivemos acesso a esta versão. Isso não é impeditivo de que o leitor possa, ainda assim, através do site <http://freespeechdebate.com>, aceder a inúmeros estudos de caso, entrevistas, análises e debates, bem como participar neles, num prolongamento e aprofundamento que, pelo menos desde a *Areopagitica* (1644) de Milton, não perdeu a atualidade.

Bibliografia

- Vauclair, J. W., & Vauclair, D. (2016). *De Charlie Hebdo à # Charlie – Enjeux, histoire, perspectives*. Paris: Eyrolles.
- Hume, M. (2016). *Direito de Ofender – A liberdade de expressão e o politicamente correcto*. de Mick Hume. Lisboa: Tinta da China.